

UM OUTRO OLHAR PARA A ANTIGUIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DE MOSES FINLEY

José Rivair Macedo

Moses Finley morreu em 1986. A influência do pensamento e das pesquisas abertas pelo importante especialista em História Antiga, contudo, permanece. O presente ensaio bibliográfico tem como objetivo discutir as grandes linhas do seu pensamento e a renovação na abordagem historiográfica que proporcionou. A imensa produção intelectual deste historiador norte-americano, iniciada na década de 40 - quando formou-se na Universidade de Colúmbia - e desdobrada nas décadas posteriores, justifica por si só um balanço de sua contribuição historiográfica. Seus trabalhos, além do mais, pautam pela variedade temática, inovação metodológica e teórica, o que, em se tratando de um campo de pesquisa tão específico como a antiguidade causa de imediato justificadas surpresas.

Os estudos de Finley chamam primeiramente a atenção pelo caráter do enfoque. Fruto da Universidade, não se limitou a ela e ao rótulo de *homo academicus*. Aproximou o conhecimento histórico sobre a Antiguidade da opinião pública, abordando temas polêmicos e de interesse geral. Nunca se identificou com o “universo em redução” dos intelectuais restritos às discussões acadêmicas. Sua trajetória, todavia, esteve intrinsecamente ligada à Universidade. No início da década de 50, ainda em Nova Iorque, compartilhou intelectualmente com membros da chamada Escola de Frankfurt, então instalados nos EUA. Nesta ocasião, lecionava na Universidade de Rutgers (1948-1952). Identificado como integrante da “esquerda”, viu-se forçado a abandonar o país em virtude da perseguição macartista. Sua atividade posterior desenrolou-se na Inglaterra, onde lecionou em Oxford e em Cambridge.

O enfoque de Finley em relação à História difere do da historiografia tradicional pelo caráter aberto do discurso e pelos temas eleitos para pesquisa. O caráter conservador e “fechado” dos estudos sobre a Antiguidade contribuíram a seu modo para o destaque da abordagem do norte-americano.

José Rivair Macedo é professor do Departamento de História e do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Anos 90, Porto Alegre, n.3, junho 1995

99

no. Sabemos todos que o campo de pesquisa relativo a Antiguidade, pela sua própria especificidade, exige dos que se propõe a estudá-lo um grau de especialização extremamente profundo, em que estejam inseridos conhecimentos de línguas arcaicas, papirologia, epigrafia, paleografia, numismática, arqueologia e outras áreas afins. O resultado disto tudo é uma sólida formação erudita dos helenistas, latinistas, egíptólogos, sumeriólogos, orientistas, etc, cuja consequência (nem sempre necessária) é a elaboração de um discurso “fechado”, permeado por termos técnicos e códigos muitas vezes acessíveis apenas a um público de iniciados¹.

Com Finley, vemo-nos diante de postura intelectual diversa. Muni-do do mesmo instrumental que os demais antiquistas, utilizou-o com outros fins. Sempre foi partidário da generalização em História. Não confundia generalização com abordagem superficial. Para ele, a função explicativa da História praticamente impõe ao historiador o uso de termos e conceitos que remetem de imediato para a generalização. Como o profissional em história pode legitimamente transferir para o conhecimento da Antiguidade termos tais quais comércio, investimento, classe, império, democracia, nação, escravidão, etc., sem recair em qualquer tipo de generalização?

O saber histórico, portanto, deve estar obrigatoriamente relacionado ao saber em geral, de modo que os pressupostos, hipóteses e argumentos desenvolvidos encontrem pontos de referência em que possam ser alicerçados. Daí ter sido adversário aberto da especialização excessiva. Para ele, o historiador deve apoiar-se constantemente nas outras ciências humanas: Sociologia, Economia, Ciência Política, Antropologia, Direito, Psicologia, Filosofia, Linguística, Crítica Literária, etc. Só esta formação geral permite ao historiador tornar-se interlocutor ativo com o passado, sabendo que respostas procurar a partir de questões corretamente formuladas. Quanto aos limites do “território” do historiador, dizia:

O trabalho do historiador não consiste em colecionar fatos, mas em estabelecer a relação entre eles... um historiador que pensa que seu ofício consiste em descobrir fatos poderia da mesma maneira colecionar borboletas, selos ou caixas de fósforos. Trata-se de atividades privadas que contribuem para uma satisfação pessoal (coisa que não critico em absoluto), mas que não desempenham nenhuma função social.²

Para Finley, portanto, generalizar equivalia a isolar um determinado problema histórico e examiná-lo em profundidade, munido de quantos referenciais fossem possíveis de ser empregados. Assim, se considerado pelo ângulo positivista, Finley não contribuiu com trabalhos de fôlego. De fato, a maior parte de suas pesquisas apareceram na forma de artigos,

ensaios e conferências curtos em extensão mas densos quanto ao conteúdo e à exposição. Resultado: uma obra variada e rica em abordagens, com temas relacionados seja aos sistemas e relações de poder contemplados pela macro-história até a história subterrânea das mulheres de Roma, o cotidiano dos escravos, as idéias e manifestações utópicas, os mecanismos sutis de dominação (como a censura).

Para tanto, possuía grande intimidade com os testemunhos da Antiguidade. Era leitor penetrante de Aristóteles, Platão, Aristóteles, Cícero, Suetônio e Plutarco. Conhecía bem as inscrições micênicas e atenienses, o suficiente para propor uma abordagem cliométrica para a Antiguidade³. Entretanto, o mesmo analista que defende o emprego de cifras e estatísticas no estudo das realidades sócio-econômicas das cidades gregas e de Roma tem sensibilidade suficiente para ler nas entrelinhas os textos dramáticos de Ésquilo. Demonstração de um espírito sempre aberto a indagações e novos objetos de pesquisa.

Observando os critérios de análise da documentação, não podemos deixar de notar o tratamento profundamente crítico costumeiramente empreendido. Finley parece não ter se preocupado muito com a quantidade de testemunhos arrolados como evidências documentais, mas com a qualidade, e principalmente, com a representatividade das inferências obtidas. Este é um dos principais pontos a serem considerados. Para ele, o historiador não deve portar-se como mero coletor de dados, mas como selecionador. As indagações devem partir de quem empreende a análise. Os testemunhos precisam ser rigorosamente questionados quanto a sua validade como evidência documental. Até que ponto Tucídides teve razão ao responsabilizar os “demagogos” atenienses pela fracassada expedição à Sicília em 413? Qual o grau de representatividade das considerações de Aristóteles a respeito da democracia ateniense? Questões como estas percorrem seus trabalhos de ponta a ponta.

Disto decorre outra constatação relacionada às preocupações do antiquista norte-americano. Não é qualquer informação dos testemunhos que lhe interessa. Tudo depende da abrangência que ela revele. No fundo, o que está em jogo não são as informações de Platão, Cícero ou Suetônio, mas o que está implícito no discurso de cada um deles. Nomes de personagens ou datas importantes por si só nada dizem, a não ser que subjacente aos atos subsista informações relativas aos grupos sociais e à vida coletiva. Observemos um exemplo típico das preocupações de Finley: “*A pergunta pertinente não é: Augusto restaurou a Res publica?, mas: os romanos e italianos, em número suficiente, persuadiram-se de que ele tinha feito isso?*”⁴

Anos 90

101

Esta extrema facilidade de articular, desenvolver e questionar idéias são qualidades raras. O resultado não poderia ser outro: textos inteligentes, bem equilibrados, bem escritos, raramente descritivos. Lendo-os, não temos como deixar de notar a impressionante recorrência de argumentos, hipóteses, proposições, questionamentos, suposições, demonstrações; elementos de análise basilares na construção do conhecimento histórico. A elegância do estilo e o vigor da análise contribuíram para que Finley circulasse em variados círculos acadêmicos e intelectuais, participando de debates e discussões com antropólogos e sociólogos, com historiadores marxistas e com historiadores vinculados à Revista do "Annales". Neste ponto, algumas questões permanecem em aberto. Afinal, quais os fundamentos teóricos da concepção histórica apresentada por ele? Que conceitos e categorias de análise nortearam o seu pensamento? Quais os recursos metodológicos empregados? Numa palavra: onde situá-lo sob o ponto de vista teórico?

Face a questões como estas, melhor será não começar com colocações ou enquadramentos categóricos. A contemporaneidade de Finley reside em parte justamente em sua diversidade teórica. Enquadrá-lo dentro deste ou daquele "ismo" dos paradigmas teóricos contemporâneos equivaleria a rotular alguém que detestava rótulos. Sua obra é o resultado de um amadurecimento intelectual de quatro décadas, não podendo ser reduzida a uma ou outra tendência do pensamento historiográfico sem cair no simplismo.

As leituras que empreendeu em torno das teorias das Ciências Sociais são bastante diferenciadas. Como qualificar alguém que, ao longo do tempo, leu e discutiu cientistas e filósofos de orientação tão diversas entre si, como Mosca, Nietzsche, Vilfredo Pareto, Karl Popper, Karl Marx, Kant, Polanyi, Max Weber, Levi-Strauss, Marcel Mauss, Veblen e Freud?

Há quem pense numa filiação de Finley à corrente marxista. Nada mais enganador. Embora ele se utilize de categorias analíticas presentes no discurso dos historiadores marxistas, como classe e ideologia, o emprego destas categorias ocorre de maneira muito livre e algumas vezes com sentido oposto daquele proposto na abordagem do materialismo histórico. Finley não se recusava em sentar na mesma mesa com historiadores marxistas. Porém em nenhum de seus textos verificamos a utilização de conceitos caros ao marxismo, como forças produtivas, relações de produção, modo de produção ou superestrutura jurídico-política. Hegel é citado aqui ou acolá, mas nunca como matriz teórica. Método ou raciocínio dialético em Finley? Nunca! Marx ou Gramsci são esporadicamente mencionados, mas nada o impede de, antes ou a seguir, apoiar seu argu-

102

Anos 90

Finley ou L'Histoire Ancienne au Présent" nos dá a impressão de uma certa cumplicidade temática, teórica e metodológica entre ele e a Nova História. O caráter laudatório do texto de Claude Mossé incide, todavia, apenas nas últimas coletâneas de trabalhos do historiador, em que ele abre espaço para a discussão de temas da cultura e do cotidiano na Antiguidade, muito próximos da orientação geral dos "Annales". Não se trataria, neste caso, de uma prática comum dos historiadores da Nova História, de encontrar ascendentes ilustres ou de atrair para si tudo o que possa constituir "novidade"?

Se pudermos falar de influências decisivas na trajetória de Finley, a única possível de ser identificada advém de Max Weber. De fato, entre os grandes teóricos das Ciências Sociais, Weber é o único a ocupar lugar de destaque em sua abordagem da história. A presença weberiana pode ser constatada no uso recorrente de conceitos como "burocracia" e "status", ou na aplicação do conceito de ideal tipo. Vejamos na prática como isto ocorre.

Em primeiro lugar, sua abordagem não decorre de uma visão cronológica ou espacial. Finley sempre tem em mente desenvolver considerações históricas a respeito de problemas. São estes problemas que canalizam seu discurso. Assim, se não temos em mente esta premissa teórica, sentimo-nos atordoados pela massa de informações ao mesmo tempo sobre Roma, Atenas, Esparta ou outras cidades. Num mesmo trecho os dados podem dizer respeito a Atenas do século V a.C. e Roma do século I a.C. Espaço e tempo, portanto, não são determinantes. O problema comum é o elo de ligação. A cada problema tratado, novas associações, semelhanças ou distinções se sucedem ininterruptamente. O caminho mais viável para a compreensão do texto é a sua desmontagem.

Cada problema tratado corresponde a um ideal tipo. Entenderemos ideal tipo como o conceito resultante de uma análise geral que abstrai de fenômenos concretos o que existe de particular, um conceito individualizante ou, nas palavras do próprio Weber, "um conceito histórico-concreto". Assim, o ideal tipo resultante do estudo de uma realidade concreta não chega a representar a própria realidade, mas permite ao estudioso reconhecer como seria esta realidade, se seguisse um curso de ação objetivamente ou racionalmente possível.⁸ O conceito, portanto, diz respeito a uma generalização de dados extraídos de fenômenos concretos. As particularidades de cada ideal-tipo são chamadas de variantes ou variáveis, isto é, emanações ou manifestações divergentes e complementares de um mesmo conceito.

Vejamos um exemplo de como isso ocorre na prática. Finley agrupa analiticamente Grécia e Roma no ideal tipo de cidade-estado. Nas suas

104

Anos 90

mento no sociólogo liberal Michael Mann ou... Henry Kissinger!!

A distância teórica e metodológica em relação aos marxistas pode ser notada, por exemplo, no modo como Finley se refere aos grupos que compunham o tecido social da Antiguidade. Ficamos alarmados com a aparente ausência de precisão no uso do termo "classe social". Qualificativos variados o acompanham, dando-nos a impressão de falta de unidade conceitual. Num momento lemos "luta de classes", noutro, "interesses de classe ou de grupo". Adiante vemos "parte mais rica dos cidadãos", "nova classe de líderes", ou então, "classes pobres", "classes baixas", "classe superior", e ainda "classes inferiores". No final, percebemos que para ele o termo "classe" tem simplesmente a conotação de "grupo". Por isto, utiliza-o livremente. O verdadeiro referencial para a conceitualização dos grupos sociais da Antiguidade é construído com base em dados do próprio passado. Passemos-lhe diretamente a palavra:

A estrutura dos grupos de interesse da sociedade grega, da sociedade política (o corpo de cidadãos) era relativamente simples. Entre eles não havia divisões - nem étnicas nem religiosas. (...) É possível que houvesse divergência entre interesses setoriais, entre o meio rural e o urbano; mas acima de tudo, havia a divisão entre ricos e pobres.⁵

Em ensaio publicado na coletânea, intitulado *A civilização grega era baseada no trabalho escravo?*, a resposta para a questão que o título do estudo sugere é imediata e incisiva. Para Finley, não se trata de constatar meramente a constituição da instituição escravista das cidades gregas, mas de verificar até que ponto a escravidão era sustentada por ricos e pobres (que também possuíam escravos, e que, sendo a maioria numérica da sociedade, reproduziam as relações de poder) e até que ponto o grupo de escravos era diferenciado internamente, perpetuando as formas de exploração social. Portanto, a preocupação dos marxistas em estabelecer globalmente as relações que compunham um modo de produção parece aos seus olhos constituir um falso problema. Segundo ele, esta preocupação teleológica com a História, estabelecendo numa linha evolutiva os "modos de produção" tende a simplificar realidades históricas extremamente complexas e diferenciadas entre si.⁶ Portanto, no relacionamento de Finley com o marxismo podemos falar de simpatia ou respeito, mas não de assimilação ou defesa.

Nos últimos anos de sua carreira, Finley manteve relações cordiais com integrantes dos "Annales". Alguns antiguidistas vinculados às preocupações da Revista, como François Hartog, Paul Veyne, Claude Nicolet ou Marcel Detienne reconheceram sua contribuição historiográfica. Finley publicou artigos nos e um ensaio de Claude Mossé intitulado "Moses

Anos 90

103

considerações históricas reside o argumento de que, num determinado período da Grécia (séculos VII-IV) e da história romana (séculos V-I a.C.), a vida política das diferentes localidades foi rotada pelos ideais de auto-governo caracterizados pela pólis grega e res-publica romana. Todo o período arcaico (antes do século VII) e helenístico (posterior ao século IV) da Grécia escapam de sua análise. Da mesma maneira, os períodos da monarquia (anterior ao século V) e do principado (posterior ao século I d.C.), não entram em seus argumentos. Para o estudo do ideal tipo cidade-estado, o período da democracia grega e da república romana são os únicos recortados.

Assim, vemo-nos diante de um quadro artificial de referência, muito distante da periodização convencional. Por isso Finley pode comparar informações de Atenas do século V com informações de Roma no século I a.C. Apesar da distância temporal e espacial, numa e noutra há emanações de um mesmo fenômeno: a cidade-estado. Como ele diz:

A própria classificação de cidade-estado subentende a existência de elementos comuns suficientes para justificar a junção de Grécia e Roma, pelo menos como ponto de partida. Mas havia também importantes diferenças... Variações a par de substanciais continuidades, e elas são mais claramente visíveis e significativas a partir de uma comparação greco-romana do que de um estreitamento do campo de observação a um ou outro.⁹

Cidade-estado é o ideal tipo recortado. Cada elemento que a compõem é tratado como uma variável, sendo estabelecidas as diferenças e as semelhanças na forma como aparecem num ou noutro caso. Em todas as cidade-estado houve um grupo dirigente. Como este se apresentou em Esparta, Atenas e Roma? As principais cidades subsistiram em função de conquistas, em função de territórios incorporados e controlados. Quais os efeitos econômicos, sociais e políticos para Esparta (com seu controle militar sobre a Lacônia e a Messênia), para Atenas (com seu império marítimo) e para Roma (com seu expansionismo qualitativo e quantitativamente maior)? Outra variável é o exército. Qual o papel de cada um dos exércitos na manutenção das estruturas políticas tanto no plano externo (expansão) quanto no plano interno (repressão de revoltas) de cada cidade-estado?

Este é apenas um exemplo. As duas grandes obras de sua autoria, *A economia antiga* e *A política no mundo antigo*, foram construídas passo a passo segundo este critério. Temas como política, poder, patronato, participação popular, ideologia, ordens, status, economia, escravidão, receberam tratamento similar.

Anos 90

105

Se pudéssemos qualificar tal método nós o chamaríamos de bom grau de método comparativo. Recorrendo a ele, não somente o historiador demoliu edifícios alicerçados na cronologia tradicional da História Antiga, mas fez tremer os alicerces de arranha-céus muito mais altos e aparentemente intocáveis.

Finley jamais estudou a História sob a ótica hoje antiquada do “passado pelo passado”. Suas preocupações nasceram do presente. Um dos temas mais caros ao seu trabalho dizia respeito à escravidão. Não lhe bastou, entretanto, aprofundar o debate em torno do modelo escravista antigo. Era preciso verificar como a posteridade abordou o tema e quais os elementos ideológicos subjacentes aos variados discursos em torno do problema. A escravidão, nesse caso, não é vista como um aspecto petrificado no passado, mas como um assunto cujos reflexos se fazem presentes.¹⁰

Historiador da Antiguidade Clássica, elegeu a democracia como um importante eixo temático. Democracia, contudo, não se limitou para ele a uma realidade histórica ateniense. O ideal tipo democracia apareceu tanto na antiga Grécia como se faz presente na atualidade. A partir das informações de três conferências proferidas na Universidade de Rutgers, em 1972, surgiu uma importante obra: *Democracia antiga e moderna*. O objetivo é bem claro. Com base nos dados provenientes de pensadores antigos e teóricos contemporâneos Finley procurou estabelecer as concepções convergentes e divergentes em torno da teoria da democracia.

Como comparar duas realidades tão distintas? Para os historiadores mais “conservadores” tal tentativa resvala para o anacronismo. Para Finley, não. Sua argumentação básica é a seguinte: os elementos teóricos que sustentam a atual idéia da democracia foram extraídos dos pensadores gregos ou da experiência histórica ateniense. Entretanto, no século XX os cientistas políticos norte-americanos e ingleses adotaram continuamente uma linha por ele qualificada de “teoria elitista”, segundo a qual o bom e o pleno funcionamento da democracia implica na existência de um grupo de especialistas, de pessoas preparadas para representar os grupos populares, cuja participação se limitaria ao voto; isto é, uma separação tácita entre líderes e liderados.

Bom conhecedor da Antiguidade, intriga-o este paradoxo. Em Atenas, a separação entre líderes e liderados era muito menor e, inversamente, a participação popular (restrita aos cidadãos) era muito maior que atualmente. Quais as causas? Os intelectuais gregos, Platão, Aristóteles, Xenofonte, eram contrários ou desaprovavam o governo popular, enquanto na atualidade os seus congêneres são unânimes em reconhecer que a democracia é a melhor forma de governo. Por que estas posturas antagoni-

cas? Porque os mesmos defensores atuais da democracia sustentam aqui e acolá as virtudes da pequena participação popular, como num revelador artigo escrito por W. H. Morris Jones, chamado *Em defesa da apatia?*

Finley testa todas as idéias correntes que sustentam a “teoria elitista”, aplicando-as ao mundo grego. Como diz, não é movido por uma “curiosidade de antiquário”, mas pela inquietação de um homem do presente. Uma das principais justificativas contemporâneas para a exclusão da participação direta é o despreparo, a baixa instrução e a pequena qualificação da maioria. Ora, em Atenas todos os cidadãos, bem ou mal formados, ganhavam experiência na prática cotidiana do fazer político, nas assembleias e nos cargos públicos preenchidos periodicamente:

*Não teria sido fácil para um ateniense da antiguidade traçar uma linha nítida entre “nós”, o povo, e “eles”, a elite governante, distinção esta observava com extrema frequência nas respostas dos apáticos de nossos dias. Essa diferença de atitude é consequência da diferença básica não só entre uma democracia direta participativa e uma representativa, não-participativa, mas também é consequência da diferença nas estruturas dos grupos de interesse dos dois mundos e no grau até onde os diversos grupos de pressão têm oportunidade de exercer influência sobre as autoridades detentoras do poder decisório.*¹¹

Creemos que isto basta para dar uma noção do ecletismo, da riqueza conceitual do vigor analítico da especificidade do método empregado por Finley. Tempo e espaço, nesse caso possibilitam inúmeras abordagens. Diferenças, semelhanças, comparações, assimilações, negações, são elementos constantes e dinâmicos no seu fazer histórico. Se ele foi um demolidor de edifícios prontos, sem dúvida foi também um exímio arquiteto de idéias. Seus trabalhos de história antiga são impressionantemente atuais. Em vez de “viajarmos” para o passado, somos levados a estabelecer continuamente relações entre passado e presente. Como ele mesmo diz:

*Somos escravos da concepção altamente sofisticada, abstrata e científica do tempo como uma série contínua mensurável, concepção que não tem sentido para as finalidades humanas habituais. O tempo passado consiste de uma quantidade de eventos individuais; o tempo futuro consiste de eventos ou satisfações previstos. A duração do tempo, se é que se pode considerá-la - o que nem sempre é o caso - não é experimentada como uma quantidade mensurável, mas sim como uma qualidade associativa ou emocional: saltos no tempo, por exemplo.*¹²

Saltar no tempo; estabelecer vínculos diversos com o passado, a partir do presente. Eis a preocupação básica presente nas últimas reflexões do grande helenista. O presente, na verdade, ocupa em sua produção

historiográfica lugar cada vez mais privilegiado, o que não deixa de causar certa surpresa quando consideramos que o passado ao qual Finley se debruça é cronologicamente muito distante de nós. Não viria daí sua quase obsessão pela necessidade de ver os gregos e romanos da antiguidade com novos olhos, a partir de outras perspectivas do que o conhecimento do passado pelo próprio passado? Deixemos que ele próprio nos fale:

*Toda arte é um diálogo. Também o é todo o interesse pelo passado. E um dos lados, devido a sua própria existência, vive e compreende de maneira contemporânea... Quanto mais cuidadosamente ouvimos, e quanto mais tomamos consciência do fato de ser passado, e até de sua quase inacessibilidade, mais significativo se torna o diálogo. Ao final, só pode ser um diálogo no presente, sobre o presente.*¹³

NOTAS E REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

1. Para exemplos nesse sentido, ver Arnaldo Momigliano. *Problèmes d'Historiographie Ancienne et Moderne* (Bibliothèque des Histoires). Paris, Gallimard, 1983.
2. FINLEY, Moses I. *Idéias contemporâneas* (Entrevistas do Le Monde). Trad. Maria Lúcia Blummer. SP, Ed. Ática, 1989, p.119-20.
3. FINLEY, Moses I. Le document et L'Histoire Economique de L'Antiquité, *Annales E.S.C.* 37 (5/6); 697-713. 1982.
4. _____. *A política no mundo antigo*. Trad. Álvaro Cabral. RJ, Zahar, 1985, p.38.
5. _____. *Democracia antiga e moderna*. Trad. Waldéa Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro, Graal, 1988, p.108.
6. _____. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo, Martins Fontes, 1991, p.62-87.
7. MOSSÉ, Claude. “Moses Finley ou L'Histoire Ancienne au Présent”, *Annales E.S.C.* 37 (5/6); 997-1003. 1982.
8. Sobre o conceito de ideal tipo, ver Julien Freund. *Sociologia de Max Weber*. São Paulo, Forense Universitária, 1970.
9. FINLEY, Moses I. *A política no mundo antigo*, p. 24.
10. _____. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Trad. Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro, Graal, 1991.
11. _____. *Democracia antiga e moderna*, p.116.
12. _____. *Uso e abuso da História*. Trad. Marylene P. Michael. São Paulo, Martins Fontes, 1989, p.16.
13. _____. *Aspectos da Antiguidade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, Martins Fontes, 1991, p.8.

OBRAS DE MOSES FINLEY EM LÍNGUA PORTUGUESA

- Grécia primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica*. Trad. Wilson A. Vaccari. SP, Martins Fontes, 1990.
- Os gregos antigos*. Trad. Artur Morão (Lugar da História). Lisboa, Ed. 70, 1984.
- O mundo de Ulisses*. Trad. Armando Cerqueira. Lisboa, Ed. Presença, 1982.
- A economia antiga*. Trad. Luiza Feijó e Carlos Leite. Porto, Ed. Afrontamento, 1986.
- A política no mundo antigo*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- Democracia antiga e moderna*. Trad. Waldéa Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- Economia e sociedade na Grécia antiga*. (Col. O Homem e a História). São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- Escravidão antiga e ideologia moderna*. Trad. Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro, Graal, 1991.
- Uso e abuso da História*. Trad. Marylene P. Michael (Col. O Homem e a História). São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- Aspectos da Antiguidade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla (Col. O Homem e a História). São Paulo, Martins Fontes, 1991.